



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 109

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE SETEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 109

99ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 08

Dep. Plauto Miró 10

Dep. Douglas Fabrício 10

Dep. Teruo Kato..... 11

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 09

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 11

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 13

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 14

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 17

Discussão/Votação

1ª Discussão 18

Redação Final 24

Discussão Única (Proposições).. 25

Requerimentos 26

Encerramento da Sessão 27

Publicações:

Atas de Comissão

Constituição e Justiça 27

DIÁRIO Nº 109

99ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Alys-son Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Valdir Rossoni (32).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Jonas Guimarães, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Stephanes Júnior e Waldyr Pugliesi (15).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Accorsi (01).

Em licença as Sras. Deputadas Beti Pavin, Rosane Ferreira e os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Elton Welter, Ênio Verri e Reni Pereira (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 4429/PRES do Sr. Rafael Greca de Macedo, Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Elio Rusch, apoiado pelos Parlamentares Luiz Carlos Martins, Plauto Miró, Valdir Rossoni, Marcelo Rangel, Durval Amaral, Antonio Belinati, Augustinho Zucchi, Duílio Genari, Douglas Fabrício e Pastor Edson Praczyk, que solicita esclarecimentos sobre dívidas, convênios e obras da COHAPAR. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 360/08/Gov. Estado do Paraná do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral E. E. da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros em 26/08/08 no valor de R\$ 5.957.693,18 (Cinco milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e noventa e três reais e dezoito centavos), destinados ao estado do Paraná, referente às parcelas do Contrato de Repasse nº 0218.778/05, no âmbito do Programa PAC/PPI/Intervenção em Favelas e Contrato nº 0224.993-34, no âmbito do Programa PAC/Serviço de Urbanização de Água e Esgoto. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 056/08 - Interno

Curitiba, em 09/09/08.

Prezado Presidente:

Através do presente, comunico à V. Exa. que em virtude de compromissos políticos assumidos em Guarapuava, precisei ausentar-me das Sessões Plenárias realizadas nesta Casa de Leis na data de 03/09 do corrente ano.

Sem mais para o momento, agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

OFÍCIO Nº 157/08 - Interno

Curitiba, em 09/09/08.

Prezado Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência das Sessões Plenárias dos dias 09 (hoje) e 10/09/08, por estar em visita às suas bases eleitorais no noroeste do estado e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

Atenciosamente

(a) LUIZ ACCORSI

OFÍCIO Nº 386/08

Curitiba, em 09/09/08.

Senhor 1º Secretário:

Pelo presente encaminho a V. Exa. os atestados médicos necessários para que o setor competente desta Casa de Leis proceda à justificativa das minhas ausências nas Sessões Plenárias nos dias 01, 02 e 03/09 do corrente ano.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) FÁBIO CAMARGO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2376

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votação em bloco das proposições veto, constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2368

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2345

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Daniel Marques Gonçalves, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2346

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nicolau Parubocz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2347

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ligia Monteiro Zan, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2348

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Julia Dias de Souza, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2349

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eraldo Luiz Scremin, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2350

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Matilde Malucelli Moraes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ramir da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2352

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elcio Martins, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2353

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ataíde Cabral, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2354

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Helena Spinardi DeMario, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2355

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Cecília Iede, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2356

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Basílio Sloboda Neto, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2357

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leonidas Andrade Gomes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2358

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leoni Sansana Mendes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2359

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Idalina Schechtel, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Neri Barbosa Costa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Kogeo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2362

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otilio Bueno da Rocha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2363

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Soares, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2364

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Victor Orlicovski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2365

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Athos Ivan de Andrade, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2366

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivanir Alves dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2369

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Ireno Francisco Cichaczewski.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é com grande tristeza que Guarapuava se despede de um autêntico homem: Ireno Francisco Cichaczewski.

Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Paraná em 1981, iniciou seus trabalhos na região de Cornélio Procopio e depois Paranavaí, trabalhando como assessor da Cooperativa COAMIG nos municípios de Santa Cecília do Pavão e Nova Londrina.

Iniciou suas atividades em Guarapuava no ano de 1986, como chefe do escritório da EMATER. Foi também empresário na área de derivados de carne; e implementador do Projeto Fábrica do Agricultor, implantando diversas pequenas agroindústrias. Atualmente era Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente na cidade de Guarapuava, na atual gestão do Prefeito Luiz Fernando Ribas Carli.

Sua vida em Guarapuava foi participativa, em todos os aspectos, sócio-econômicos, políticos e religiosos. Deixou uma lacuna difícil de ser preenchida. Mas seus filhos, com certeza, darão continuidade ao exemplo de seu pai.

REQUERIMENTO Nº 2341

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos no município de Mallet, pela comemoração, no próximo dia 21/09/08, de seus 96 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Rogério da Silva Almeida, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Moacir Alfredo Szinvzlski, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mallet.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar sempre presente nos acontecimentos que marcam a vida da população de Mallet, manifesta a sua satisfação por estar participando do progresso desse município que jubilosamente estará comemorando o seu 96º aniversário, no próximo dia 21/09/08.

Saudamos nesta oportunidade, o Sr. Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores desse importante município assim como sua laboriosa população.

Mallet tem sua história marcada pela disposição de um povo que dia a dia constrói e amplia o horizonte de suas oportunidades com suas forças, e sempre auxiliado por Deus.

O legítimo exercício das funções legislativa e executiva, repousa justamente no consentimento popular.

É com muito orgulho que toda a população do município de Mallet irá comemorar festivamente o transcurso de seus 96 anos.

Ao contentamento do povo honesto e trabalhador de Mallet, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, como representante do povo, pois, estamos felizes todo nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 2342

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos no município de Rebouças pela comemoração, no próximo dia 21/09/08, do seu 78º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Antonio de Oliveira Padilha, Prefeito Municipal, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rebouças.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população do município de Rebouças, com alegria, estará comemorando seus 78 anos de emancipação política, no próximo dia 21/09/08, e, temos certeza, com grandes festividades.

Gostaria de enfatizar nesta oportunidade, a grande importância que o município detém, referendada em nossa lei maior.

O contato que o Prefeito, o Vice-Prefeito bem como os Srs. Vereadores exercitam junto ao povo, os fazem destacados e genuínos intérpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais, estaduais e federais.

Cremos que as dificuldades, no decorrer desses 78 anos foram muitas, porém, as realizações também foram em número expressivo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Rebouças pelo transcurso da festiva data comemorativa aos 78 anos de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2343

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos no município de São Mateus do Sul, pela comemoração, no próximo dia 21/09/08, do centenário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Francisco Luiz Ulbrich, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Anilton Mayer bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Desejando compartilhar da alegria da população de São Mateus do Sul pela comemoração do centenário de sua emancipação política, no próximo dia 21/09/08, formulamos votos de muito sucesso.

A importância do município é indiscutível, tendo dentro do modelo brasileiro as suas competências, e, ao seu encargo, inúmeras atribuições.

O contato que diuturnamente o Vereador exercita junto ao povo, torna-o destacado e genuíno intérprete dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais, estaduais e federais.

O compromisso da atual administração é trabalhar para fazer cumprir o seu papel gestor, garantindo o desenvolvimento de São Mateus do Sul, o bem estar e a qualidade de vida da população.

O município de São Mateus do Sul tem sua história marcada pela disposição de um povo que dia a dia constrói e amplia os horizontes de suas oportunidades com suas forças, e, sempre auxiliado por Deus.

Creemos que as dificuldades, no decorrer de todos esses anos foram muitas, mas, com certeza, as realizações também foram em número expressivo.

É com muito orgulho que toda a população de São Mateus do Sul irá comemorar festivamente o transcurso de seus 100 anos. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e todo o povo em geral que muito têm colaborado para o desenvolvimento cada vez maior do seu município.

Ao contentamento do povo honesto e trabalhador de São Mateus do Sul, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, como representante do povo, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 2370

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam externadas as condolências desta Casa Legislativa à família Palma, da cidade de Marechal Cândido Rondon, pelo falecimento do Sr. Nelson Palma, ocorrido na data de ontem.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, se assim entenderem os nobres Pares, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que a ausência e as saudades possam ser superadas com a grata lembrança das admiráveis virtudes e exemplos que o Sr. Nelson Palma deixou para sua família e vasto círculo de amizades.

É verdade, se há um momento na vida para o qual nunca estamos preparados, é quando alguém que amamos nos deixa.

Mas, se aceitarmos as palavras confortadoras do Mestre Jesus: *Na casa do meu Pai há muitas moradas...*, veremos o que importa é termos guardado essa fé e esse amor da vida eterna em nossos corações.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se que seja dada ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Ruth Palma, via correspondência.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2371

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam externadas as condolências desta Casa Legislativa à família Fonseca, da cidade de Marechal Cândido Rondon, pelo falecimento do Sr. José Marcelo Fonseca, ocorrido na semana passada.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, se assim entenderem os nobres Pares, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que a ausência e as saudades possam ser superadas com a grata lembrança das admiráveis virtudes e exemplos que o Sr. José Marcelo deixou para sua família e vasto círculo de amizades.

É verdade, se há um momento na vida para o qual nunca estamos preparados, é quando alguém que amamos nos deixa.

Mas, se aceitarmos as palavras confortadoras do Mestre Jesus: *Na casa do meu Pai há muitas moradas...*, veremos o que importa é termos guardado essa fé e esse amor da vida eterna em nossos corações.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se que seja dada ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Elisandra Fonseca, via correspondência.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) ELIO RUSCH

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 379/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Escola Profissional Piamartina Instituto João XXIII, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

A Associação Escola Profissional Piamartina Instituto João XXIII é uma instituição de assistência social que promove o acesso a educação, cultura e evangelização de crianças, adolescentes e jovens, sendo de grande utilidade para a sociedade pontagrossense.

Além de congregar, dirigir e manter instituições que visam a beneficência, promoção humana, cultura, evangelização, ensino e assistência, também desenvolve, ela própria ações e atividades relacionadas à filantropia, contribuindo para a formação dos jovens de nosso estado.

Assim, tendo em vista o importante papel que a citada instituição desempenha no combate à marginalização de crianças e adolescentes, e ainda, diante do cumprimento de todos os requisitos legais exigíveis para a sua declaração como de utilidade pública, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposta legislativa que ora apresento.

PROJETO DE LEI Nº 380/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescentado o parágrafo 6º, no artigo 1º, da Lei nº 7827, de 29/12/83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização no estado do Paraná de produtos agrotóxicos e outros biocidas.

“Art. 1º ...

§ 6º Para os produtos formulados e produtos formulados com base em produto técnico equivalente se exigirá, para cadastro, somente os documentos emitidos pelos órgãos federais, desde que apresentem as mesmas características dos produtos formulados anteriormente registrados no país, contendo o mesmo ingrediente ativo, em conformidade com o estabelecido do Decreto Federal nº 4074, de 04/01/02, em consonância com as alterações contidas no Decreto Federal nº 5981, de 06/12/06.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/09/08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que tem por objetivo adaptar a Lei nº 7827, de 29/12/83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização no estado do Paraná de produtos agrotóxicos e outros biocidas, ao Decreto Federal nº 4074/02, que define a categoria de agrotóxicos destinados à agricultura, por equivalência de produto, facilitando o registro dos chamados genéricos, que possam ser comparados a produtos formulados que já possuem registro no Ministério da Agricultura, com pareceres do IBAMA e da ANVISA, conforme manda o Decreto Federal nº 5981/06.

As modificações introduzidas na legislação federal estão, ainda, aplicadas a nossa legislação estadual, Lei nº 7827, de 29/12/83, que não prevê o cadastro dos chamados agrotóxicos genéricos.

Essa medida irá beneficiar a agropecuária paranaense por tornar mais baratos os agrotóxicos necessários à produção, através de uma oferta maior de produtos no mercado, permitindo, também, às médias e pequenas empresas o acesso a formulações cujas patentes caducaram e, portanto, são de domínio público.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Deputado Nelson Justus, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Dr. Batista.

É uma pena que o frio hoje na capital do Paraná tenha espantado um pouco nossos colegas Parlamentares, talvez até por falta de agasalho o plenário esta praticamente vazio. Mas o Presidente Nelson Justus, está de parabéns, sempre firme porque sempre alguém fica tentando convencer o Presidente a não haver Sessão em período pré-eleitoral e o Presidente está correto, na nossa ótica não tem nada que alterar o ritmo de trabalho desta Casa de Leis. Acho que hoje a pouca presença aqui é falta de uma blusa de lã para agasalhar os nossos colegas faltosos.

Para quem acompanha as Sessões pela TV Mercosul e também e também pela TV SINAL, ontem foi feriado em Curitiba, dia da padroeira e o relato triste deste final de semana prolongado para quem está radicado na capital do Paraná, o número de mortes nas rodovias do Paraná neste último fim de semana, incluindo ontem segunda-feira em Curitiba, aumentou 23%. No mesmo período do ano passado 21 pessoas morreram em acidentes nas estradas do Paraná, este ano o número aumentou para 26. Evidentemente que é chover no molhado, mas a grande realidade é que as rodovias brasileiras, de modo geral, não estão adaptadas convenientemente para a potência do motor de muitos carros que já saem das fábricas com potência, com capacidade para uma velocidade muitas vezes de 240, 300 quilômetros por hora.

Temos a rodovia Castelo Branco é a que oferece um pouco mais de velocidade e fica sempre uma dúvida, para quem é leigo como eu que não entende determinadas deliberações das autoridades: se a velocidade máxima permitida em rodovias do Brasil é de 110 quilômetros por hora - na Castelo Branco e algumas outras raras exceções, a velocidade máxima permitida é de 110 quilômetros por hora - como é permitido a fábrica colocar no mercado, automóveis com mais de 300 quilômetros por hora? E ainda com grande campanha publicitária na televisão, despertando, motivando, induzindo o comprador do carro. Ele quer pegar o carro que tem mais de 300 quilômetros por hora porque ele quer mostrar para a namorada, para a esposa, para os amigos e até para os demais motoristas que o carro dele é bom, que não tem para ninguém!

Muitas vezes a desgraça ocorre, lógico muitas vezes pelo excesso de bebida alcoólica, mas também, temos que admitir que o excesso de velocidade é o grande responsável pelo alto número de mortes, pelo alto número de acidentes fatais em nossa rodovia. Na minha ótica como leigo, só deveria sair da fábrica o automóvel com a velocidade compatível com o limite máximo permitido para as nossas rodovias.

Outro assunto, Presidente Nelson Justus, é sobre os Indicadores Sociais da População Negra. Tem um relatório que saiu há pouco.

(Lê):

“Indicadores sociais da população negra têm melhoras, mas condições de vida seguem inferiores às dos brancos.

Silvana Salles.

UOL Notícias.

São Paulo.

Os índices de escolaridade, renda e pobreza da população negra registraram melhoras entre 1996 e 2006, mas as condições de vida continuam inferiores às dos brancos no Brasil. A avaliação é do estudo sobre desigualdade racial e de gêneros divulgado nesta terça-feira (9) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O estudo do IPEA tomou como base dados da pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) lançadas pelo IBGE entre os anos de 1993 e 2006. A designação “branco” ou “negro” foi estabelecida segundo autodeclaração dos pesquisados.

COR/RAÇA	
Aumentou o número de pessoas que se declaram negras. POP Brasil: 187.227.792	
Homens	44,7%
	55,2%
Mulheres	49,5%
	49,7%
COR/RAÇA	
1996	2006

Segundo dados do estudo, entre 1996, 82,3% dos negros estavam matriculados em etapas do ensino fundamental adequadas à sua idade e apenas 13,4% no ensino médio. Em 2006, essa porcentagem subiu para 94,2% no ensino fundamental e 37,4% no médio. A proporção de negros e negras que estudavam no ensino médio, entretanto, ainda é muito menor que a de brancos - que chegou a 58,4% em 2006.

A renda média do trabalhador negro também cresceu, embora o aumento não seja muito expressivo: o rendimento médio de 2006 foi R\$ 19 mais alto que em 1996, ou 3,93%. A queda da diferença entre os dois grupos se deu devido a diminuição dos rendimentos dos homens brancos, que passaram de R\$ 1.044,20 a R\$ 986,50. Os demais grupos estudados (mulheres brancas e negras e homens negros) tiveram aumentos.

Mesmo com essa alta, a discrepância é grande. Os brancos ainda vivem com quase o dobro da renda mensal *per capita* dos negros - pouco mais de um salário-mínimo a mais.

Outras constatações do estudo mostram que a população negra é menos protegida pela Previdência Social do que os brancos - especialmente no caso da mulher negra - e começa a trabalhar mais cedo para se aposentar mais tarde.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. usa o horário do PP.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O SR. ANTONIO BELINATI

Quer dizer, o negro está estudando, está fazendo a sua parte, mas ainda tem muita coisa que não está correta, que é o tratamento desigual que é dado ao povo negro.

Vejam, o negro, Deputado Luiz Eduardo Cheida, está indo para a escola, está estudando, mas quando vai comparar o salário é o estudo de hoje do IPEA, mostrando que infelizmente o nosso irmão negro, que é filho de Deus, está estudando, o percentual de negros na escola já é muito expressivo, até mesmo no curso superior. Mas, mesmo com esta alta, a discrepância é grande, porque os negros ainda vivem com quase a metade da renda mensal do branco. Quer dizer, o branco está ganhando o dobro que o negro ganha, para fazer o mesmo serviço. Isto é triste. Numa empresa, de modo geral, o salário do branco pode ser de R\$ 1.200 e o nosso aguerrido irmão negro, ou a mulher negra, fazendo o mesmo trabalho, a mesma atividade que uma servidora ou um servidor branco faz, o negro é discriminado e recebe apenas a metade. Está aqui, não é um palpite, opinião de um Deputado ou de uma Assembléia Legislativa. Ministério da Agricultura, é um estudo feito IPEA, que acaba de ser divulgado.

Aproveitando, então, torcemos para que um dia possamos ver, de fato, os povos sendo tratados com igualdade. Estamos vendo o avanço do negro. Não sei quem vai ganhar as eleições, nos Estados Unidos. Duas pesquisas: uma mostra o Mc Cain um pouco na frente do Obama; outra mostra empate entre os dois candidatos e o Barack Obama, que é um Senador negro, tem a grande chance na vida de quebrar um tabu histórico nos Estados Unidos e chegar até a presidência daquele país. Se não chegar, acho que ele já entrou para a história, como o próprio Martin Luther King. Agora, não basta apenas o Obama estar lá, cotado para Presidente dos Estados Unidos. O grande problema racial também não é nos Estados Unidos. O problema da discriminação contra o negro é aqui. Não é na África. É aqui na nossa terra, no nosso Brasil.

Aí vem aquela incoerência: o Brasil não é um país cristão? O povo vai tanto à igreja, reza, ora, na Igreja Católica, na Igreja Protestante, em várias outras denominações religiosas ou seitas, e de repente vemos este tratamento desigual contra o negro, que é um contraste com a fama que o Brasil tem de que aqui é um país cristão, um país de fé.

Eu acredito, mesmo, na fé do nosso povo. Mas, não acredito na fé daqueles que podem, que têm muito dinheiro e poderiam estar ajudando os negros, tratando com respeito, com igualdade, o negro, o branco, dando o valor que cada trabalhadora e cada trabalhador tem direito. Mas, infelizmente, quando vemos um levantamento tão sério, que foi divulgado há pouco no nosso Brasil, esperamos que um dia Deus, nosso Pai celestial, toque o coração dessas pessoas poderosas, dos magnatas e também dos empresários, para que eles parem com esta discriminação. Apenas pela cor da pele, dar um tratamento de segunda classe aos irmãos negros. Isto não está correto, não. Tem que haver um tratamento por igual, igualitário, humanitário, à todas as trabalhadoras e trabalhadores, independente da cor da sua pele.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois motivos me trazem a esta tribuna. Entre eles, quero aqui falar das eleições deste ano, e uma das questões que tanto me impressiona, são as pesquisas de opinião pública feitas aqui na capital do estado do Paraná, em Curitiba, e que de uma para outra se repete a liderança do atual Prefeito Beto Richa.

O que mais me impressiona é que ele vem se mantendo na casa de 70% da intenções de voto. Já estive com 73% em um instituto de renome no nosso país, o IBOPE, que apontou na primeira pesquisa 73% para o Beto Richa, na segunda pesquisa ele veio com 70% e agora, em nova pesquisa do IBOPE, ele cresce para 71%, sendo todos esses números, naturalmente, dentro da margem de erro que todos os institutos de pesquisa naturalmente têm.

E uma outra questão que também nos chama a atenção, é a rejeição do Beto Richa, que quando começou a campanha eleitoral tinha 8% de rejeição e agora caiu para 6%. Então, a aceitação é elevadíssima e a rejeição tão pequena, sendo que ele o candidato que tem mais aceitação em com menos rejeição de todos aqueles que estão participando do pleito em Curitiba. E as pesquisas têm demonstrado, e em todos os meios de comunicação elas são divulgadas, que Curitiba provavelmente terá somente um turno, sendo a eleição decidida no primeiro turno das eleições.

Hoje, temos em Curitiba a presença de dois Governadores da nossa federação, do nosso Brasil, o Governador José Serra, de São Paulo, e o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, e também o ex-Presidente do nosso partido, o Democratas, o ex-Senador Jorge Bornhausen, que também estará nessa visita a Curitiba, acompanhado dos Governadores, para trazer a sua manifestação de

apoio ao Beto Richa para a Prefeitura de Curitiba. E depois, mais tarde, um encontro acontecerá, onde o Governador José Serra, o Governador Aécio Neves, também o ex-Senador Jorge Bornhausen e outras tantas lideranças políticas e políticos do nosso estado do Paraná estarão participando desse encontro e naturalmente, levando o seu apoio e a simpatia por esse jeito Beto Richa de administrar a capital do estado, com toda a sua humildade e o seu jeito que ganha a simpatia, dia-a-dia, de todos os eleitores de Curitiba.

Era esse o registro que queria deixar aqui e também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer que no dia de hoje estou encaminhando um projeto de lei que declara de utilidade pública a Escola Profissional Piamartina Instituto João XXIII, da nos cidade de Ponta Grossa. É um instituto que presta um grande trabalho social naquele município e, naturalmente, hoje irá se tornar uma escola que terá a declaração de utilização pública do estado do Paraná, para que possa continuar prestando o grande serviço que faz na nossa cidade de Ponta Grossa.

Obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRICIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Gostaria de usar este Pequeno Expediente, 5 minutos que tenho, para relatar um fato que me chamou a atenção no desfile de 7 de Setembro. Participei do desfile na minha cidade, Campo Mourão, vendo aquela atitude cívica do povo nas ruas, participando e assistindo, as escolas, os alunos e pais de alunos participando e de repente me chamou a atenção, algumas faixas que os alunos trouxeram lá na cidade de Campo Mourão pedindo mais segurança, pedindo para acabar com o medo que passa na sociedade. Já fizeram só em assassinatos, Srs. Deputados, em Campo Mourão, foram mais de 20 somente este ano. E essa é uma situação que não podemos aceitar. Eu recebi um relatório, agora, das entidades de Campo Mourão, assinado por diversas lideranças, mais uma vez reclamando da questão da Segurança.

Mas o que mais me deixou preocupado, Deputado Teruo, V. Exa. que é do PMDB, eu sei que tem cidades que estão mais seguras me parece que está faltando postura, firmeza, daqueles que são responsáveis por cuidar da Segurança. E aí são as autoridades, é Prefeito, é Vereador, são as pessoas que o povo confia, coloca lá para resolver esses problemas. E quando vejo num desfile cívico alunos das escolas municipais, estaduais, trazendo faixas pedindo mais segurança, é porque a coisa não está boa, porque se estivesse boa, aí os alunos estariam só parabenizando.

Então, é nesse sentido que faço o pronunciamento, para que nós todos, Deputados, reforcemos as cobranças nessa questão da Segurança. Mas não sei se é cobrar o Secretário, cobrar o Governador, acho que tem que começar as cobrança nas cidades mesmo, porque tem cidades - eu converso com outros Deputados - tem cidades que estão bem nessa questão de Segurança. Agora, Campo Mourão não está bem, não. Estamos cobrando algumas altitudes, queremos mais viaturas lá para a nossa cidade, recebemos algumas, só que ainda não atendeu toda a região.

Ontem estive num município pequeno, chamaado Roncador, que tenho muito orgulho porque lá eu nasci e participei, conversando com Lideranças, em reuniões, e o povo reclamando, pedindo, que lá está faltando infraestrutura necessária para a Segurança, falta mais policiais lá em Roncador. Mas também não é só um privilégio de Roncador faltar mais policiais, está faltando policiais no município de Araruna, está sobrando presos lá no município de Araruna, uma cadeia pequena, está lotada.

Então, essa questão da Segurança está pegando na minha região, está faltando pulso. E eu estou olhando, a maioria dos Prefeitos são o PMDB lá na minha região, por que não estão sendo atendidos? Esse é o meu questionamento. Agora recebemos um grupo de novos policiais, que estão em treinamento, Srs. jornalistas só que o número de policiais que vão se aposentar lá na minha região, no batalhão, os novos que estão chegando não vão cobrir direito os que vão se aposentar. Quer dizer, já estava faltando policiais, agora amplia a falta de policiais com a aposentadoria de alguns.

Então, a situação no item Segurança está ruim. Precisamos cobrar mais ação, não só do Governo, não só do Secretário, mas também da própria sociedade. Aqui tenho feito cobranças, o Secretário da Segurança Pública, quero fazer um agradecimento ao Secretário, que atendeu o nosso pedido para que mudanças fossem feitas, porque Campo Mourão precisa melhorar a Segurança, e vamos continuar de olho e cobrando atitudes da Polícia Civil em Campo Mourão, porque só assim acredito que teremos condições de oferecer mais conforto e deixar a nossa sociedade mais segura em todos os bairros.

Por isso, Sr. Presidente, encerro esse Pequeno Expediente dizendo: em Campo Mourão estamos cobrando atitudes para melhorar a Segurança.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Estive participando da entrega de uma comenda da Ordem do Pinheiro ao Banco Sumitomo Brasileiro, através dos seus representantes, Srs. Toshiro Kobota, que é o Presidente

do Banco aqui no BRasil, e ao Sr. Hashimi Utida, Diretor também desse Banco. Essa comenda foi iniciativa do Governo, em reconhecimento a essa empresa japonesa que tanto tem contribuído com o nosso estado, principalmente no que se refere ao desenvolvimento econômico, e também por projetos relacionados a Preservação do meio ambiente, buscando sempre o crescimento sustentável.

Neste ano que tivemos várias comemorações dos 100 anos da imigração japonesa, ficamos felizes em verificar que esse intercâmbio entre Brasil e Japão teve muito sucesso no âmbito cultura e de amizade até agora. E verificamos também, no intercâmbio comercial, que esse relacionamento vem se fortalecendo.

Na semana passada tivemos em Paranavaí a presença de empresários japoneses visitando a Avícola Felipe e fechando contratos para a compra de aves abatidas. É o início de um relacionamento comercial que vai se intensificar e perdurar por muito tempo.

Temos que, cada vez mais, buscar fortalecer esses laços com o Japão, principalmente o estado do Paraná, que é um dos grandes produtores de etanol e tem um potencial de mercado fantástico ajudando a gerar emprego aqui no Brasil.

Nessa cerimônia tivemos a participação do Cônsul Geral do Japão que neste ano, já assinou convênios na área da Saúde, Educação. Por exemplo: em Paranavaí, com recursos do Japão, foi construído um posto de saúde que atenderá uma comunidade carente, que há muito tempo reivindicava um posto de saúde.

E, na semana passada, estive aqui no Consulado, o Prefeito de Paranaity - Dr. Mário Yamamoto - assinando também um convênio com recursos do Japão, para que possa ser contemplado um moderno posto de saúde.

O que verificamos? É que neste ano dos 100 anos da imigração muita coisa em parceira tem sido feita. Tivemos oportunidade de participar de vários eventos, inclusive aqui na Assembléia, com pessoas lá do Japão. Esperamos que cada vez mais esses laços culturais e de amizade possam se aprofundar e que economicamente falando, também, possamos ter muito mais benefícios. Era isso, Sr. Presidente. Agradeço pela sua paciência.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças. Democratas. Com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputadas e Sras. Deputadas.

Confesso aos Srs. Parlamentares que não gostaria de vir à tribuna e falar sobre um assunto que tantas vezes já foi debatido, aqui na Assembléia Legislativa.

No entanto, os últimos acontecimentos, Presidente Nelson Justus, fazem com que tenhamos que lembrar, porque cada mês que passa surgem novos fatos. Trata-se do porto de Paranaguá e do porto de Antonina.

Desde 2003, quando o Governo do Estado assumiu a administração, quando romperam o contrato com a empresa Bandeirantes que fazia a dragagem no Canal da Galheta, desde aquela época, não se faz mais nada no porto. Inúmeras portarias, resoluções, advertências, visitas da Comissão do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, diversas autoridades portuárias já vieram visitar o porto de Paranaguá e, infelizmente, aquelas medidas que deveriam ser adotadas para não prejudicar a entrada ou a saída ou a atracação de barcos e navios no porto de Paranaguá e a mesma coisa no porto de Antonina, quer dizer, essas medidas não foram adotadas.

Inúmeras vezes nos manifestamos, aqui da tribuna, que o porto de Paranaguá, a superintendência do porto deveria tomar algumas medidas sob pena das empresas importadoras e exportadoras que usam o nosso porto fossem procurar outros portos para exportação ou mesmo para importação dos produtos. Já falamos, aqui, das multas que a APPA recebeu e que foi autuada pelo descumprimento de algumas resoluções. Já aprovamos, aqui na Assembléia Legislativa, pedidos de informação, que esperamos que possa vir o mais rápido possível, em relação às dúvidas que temos e a sociedade do Paraná todo tem em relação ao porto de Paranaguá.

O que eu trago, para conhecimento dos Srs. Parlamentares, é a Portaria nº 073 da Capitania dos Portos de Paranaguá, do dia 29 de julho de 2008, que adverte o porto de Paranaguá, que faz menção sobre o calado máximo permitido para o porto de Antonina - que era de 8,10 metros e reduziu um metro, foi para 7,10 metros. Agora, mais recentemente, veja o Presidente Deputado Nelson Justus, dia 04 de setembro, dia 04 de setembro foi quinta-feira da semana passada, é a primeira Sessão que estamos tendo depois desta portaria. Vamos ler alguns itens da Portaria nº 086 da Capitania dos Portos do Paraná, Srs. Parlamentares e as pessoas do Paraná inteiro, pois é importante que saibam disso.

O que diz a Portaria nº 086?

“Art. 1º: Divulgar as seguintes restrições de manobras aplicadas até a futura retificação, dragagem do canal externo da Galheta à profundidade estabelecida na Carta Náutica nº 1821, DHN”. O que diz essa carta, Srs. Deputados? Ela diz que o canal tem que ter a profundidade de no mínimo 12,5 metros e o Canal da Galheta hoje tem 11,30 metros. Para quem tinha 14 metros de profundidade, que é o indicado, que é o ideal para o nosso porto receber os grandes navios que possam entrar, sair e atracar no berço a hora que quiserem ou mesmo, independente de maré alta, maré baixa, não interessando. Agora, o que diz essa portaria: “Parágrafo Único. O calado máximo no porto de Paranaguá, o Canal da Galheta, é de 11,30 metros. “Parágrafo 2º: Para os navios com calado entre 10 e 11 metros, aí que vem a importância, não é só

noturno é diurno também, a altura da maré igual ou superior a 1 metro”. Quer dizer, qualquer navio que tenha o calado de 10 metros a 11,30 só pode entrar no porto de Paranaguá se a maré estiver igual ou superior a um metro do seu nível. Durante o estófo de preamar, velocidade da manobra até 10 nós e assim por diante, diversos outros itens técnicos que essa portaria, baixada pelo Capitão dos portos de Paranaguá, traz essas restrições ao nosso porto de Paranaguá.

Então, nós, os Parlamentares não podemos aceitar isso, não podemos aceitar que o porto de Paranaguá continue trazendo prejuízos ao nosso estado. Vejam mais o que diz essa portaria: “Parágrafo 3º: Fica proibida a navegação noturna para os navios citados no parágrafo 2º, caso que eu falei dos navios com calado de 10 a 11,30 metros e para os de comprimento superior a 225 metros”. O que isso quer dizer, por que eles estão proibidos de entrar no período noturno? Para que possamos entender, o Canal da Galheta, ou seja o canal de navegação do porto de Paranaguá sempre foi reto. Quero dizer, como não se teve o cuidado, a manutenção de vida nesse canal, então houve a assoreamento, não só no fundo do canal, mas também na lateral. Quer dizer, o canal que tinha que ter 200 metros de largura, caiu para 90 metros.

Já tínhamos o problema da iluminação no porto de Paranaguá, mas segunda, agora, acho que isso vai ser resolvido. Mas, como existe uma curva no Canal da Galheta, o canal que os navios usam para chegar até o porto, existe uma curva, então para que esses navios não corram o risco de encalhar - porque se vier a encalhar um navio desses, imaginem o prejuízo e quanto tempo ficará sem navegação, sem a possibilidade de entrar e nem sair navios do porto de Paranaguá. Aí, perguntamos: a Oposição, aqui na Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado, as entidades que usam, que operam o porto, quando reclamam, quando a sociedade organizada de Paranaguá clama ao Governo do Estado para que essas medidas sejam adotadas e para quem o administra, está belo e formoso, mas está tudo inverso. Não é possível e não podemos aceitar isso, de forma nenhuma, calados. Precisamos levantar essas questões aqui na Assembléia Legislativa.

O Superintendente do porto agora é também Secretário dos Transportes e acumula a Superintendência e a Administração do Portos de Antonina e de Paranaguá. Espero que ele agora encontre essas soluções. Vamos contratar as empresas para que possam ser feitas as dragagens. Ou que se compre uma draga e se resolva o problema de Paranaguá, para que as empresas e a economia do Paraná não sejam afetadas mais ainda.

Esse é o pedido que fazemos e o registro que fazemos aqui na Assembléia Legislativa. Esperamos que o Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, Sr. Eduardo Requião, acumulando a Superintendência com a pasta da Secretaria dos Transportes, encontre a solução, já que a APPA está subordinada a ela. Espero que possamos ter o nosso porto de Paranaguá novamente entre os melho-

res portos do nosso país, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que foi Secretário dos Transportes, teve na superintendência do porto de Paranaguá uma pessoa chamada Osiris Stênio Guimarães, que merece todo o nosso respeito e, com toda certeza, com todas as entidades que estão envolvidas, direta ou indiretamente, com a APPA, com os portos de Paranaguá e Antonina, que ao menos estiveram mais satisfeitos, se não 100%, mas ao menos mais satisfeitos do que, na atualidade, se encontra o porto.

Por essa razão, se o Governo do Estado não tomar essas medidas o mais rápido possível, o Paraná poderá ter prejuízos muito maiores ainda, que dificilmente poderão ser recuperados. Eu já disse uma vez, as empresas que saem do porto de Paranaguá, tanto os importadores, como os exportadores, quando elas fazem investimentos nos outros portos, em São Francisco, Itajaí, Santos, ou agora em Itapoá, que é um porto privado que será construído, que farão investimentos nos espaços físicos, vão fazer investimentos mudando essa era de Roberto Requião, no Governo do Estado, não voltarão para o estado do Paraná, porque os investimentos financeiros essas empresas farão nos outros portos e o Paraná terá prejuízo para sempre.

Esse é o pedido que fizemos, com todo o respeito, ao Governador do Paraná. Esperamos que ele tome as providências necessárias em relação ao porto de Paranaguá, para que outras portarias não venham proibir, por exemplo, proíbe-se a navegação de navios de porte menor ainda do que o porto de Paranaguá, os navios não conseguem entrar se a maré não estiver, no mínimo, 100 metros acima do nível. Nós, como Deputados, a sociedade do Paraná, não têm o poder de chegar no porto e mandar fazer a dragagem. Quem tem que fazer isso é a superintendência e o Secretário dos Transportes.

Esse é o registro, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Mostrar ao Paraná, quando levantamos como Oposição aqui na Assembleia Legislativa, essa questão há seis anos atrás, todo ano, e este ano foram inúmeras vezes, Deputado Luiz Claudio Romanelli, inúmeras vezes levantamos a questão do porto e agora estão vindo as portarias, as resoluções, com multas e restrições em relação à navegação e atracação dos navios no nosso porto, que é um porto moderno, que é um porto de referência, mas hoje, infelizmente, está sendo penalizado por algumas atitudes tomadas pela superintendência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli, no horário do PMDB.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, eu, na verdade...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Sua voz deve ser de campanha. Não é, o senhor é um lutador.

Mas eu queria perguntar a V. Exa., vejo tanto falar nesse porto de Paranaguá aqui, e eu queria fazer uma pergunta a V. Exa., que é um entendido. Vejo falar do porto, do porto, do porto, é de manhã, de tarde, de madrugada, de noite, chego até a sonhar com esse porto de vez em quando. Mas até agora, parece que já saiu o Eduardo, e ao que tudo indica, até agora não encalhou nenhum navio, não deu problema nenhum. Que pelo que se ouvia falar, amanhã ia encalhar, estou querendo saber mais disto: encalhou algum navio lá? Vai encalhar?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Jocelito, salvo se o Deputado conheça algum navio encalhado em Paranaguá. Eu também não conheço nenhum.

E quero dizer, Sr. Presidente, que eu não iria usar a tribuna, e até quero pedir desculpas às pessoas que acompanham a TV SINAL, pela minha voz, é a soma das visitas que fizemos nos municípios que trabalhamos, e ao mesmo tempo com esta mudança climática que estamos vivendo, aliás, global, mudança climática no nosso caso aqui, só pelas massas de ar frio que vêm da Argentina e Cordilheira dos Andes.

O fato é que eu ouço a cada dia o apostolado do caos referente a Paranaguá. Quero dizer que tenho, claro, sempre o maior interesse e o respeito de ouvir as críticas que são feitas. Mas ao mesmo tempo quero, em primeiro lugar. Deputado Elio Rusch, eu aqui fiz, sim, um pronunciamento referente a atos praticados pela gestão anterior, não no sentido de atacar ou de poder macular a honra, seja de quem for, até porque aceito o contraditório, diferente daquelas pessoas que não sabem ouvir o outro lado, eu tenho verdadeiro amor à democracia, justamente que as pessoas possam colocar o seu ponto de vista. E quando falei aqui do ex-Superintendente, Osiris Stenghel Guimarães, foi de um ato praticado, documentado, que o pagamento feito, havia fora do que seria o natural precatório, esse é um acordo extra, que foi feito extrajudicial. Foi neste sentido que eu quis dizer.

E gostaria de ouvir as explicações da administração anterior. Não foi minha intenção promover nenhuma ofensa, mas entendo que as pessoas, e a APPA. Deputado Elio Rusch, é uma autarquia, ela está vinculada à Secretaria dos Transportes, mas tem autonomia administrativa e financeira. Todos os atos e gestões praticados são de responsabilidade daqueles que o praticam, no caso o Superintendente e o Diretor da área específica.

Então, não estamos tratando aqui de poder criar questões, na verdade, sobre a honra de pessoas, mas li aqui um relatório feito pelo atual Superintendente dos Portos, o Dr. Eduardo Requião, uma resposta que ele deu a uma acusação feita que a APPA estava pagando os

precatórios fora da ordem, quando era justamente o contrário. Ao mesmo tempo o que temos são decisões judiciais da Justiça do Trabalho, porque ainda está sumulado no TST, Deputado Artagão, está sumulado que a APPA ainda é tratada como se fosse uma empresa de direito privado, quando ele é público! Ao mesmo tempo, já há decisões, no âmbito do STF, que são contrárias a esse entendimento do TST, mas ainda os Juízes do Trabalho, o Tribunal do Trabalho têm emitido as ordens e feito o chamado pagamento direto, ou seja, vai direto na conta da APPA e confisca o dinheiro. A verdade é que a APPA não agiu em desconformidade com a lei e muito menos agiu com qualquer outra intenção que não fosse respeitar aquilo que preceitua a boa gestão financeira, sem que ela fosse absolutamente temerária. Foi esse contraditório que eu fiz aqui e que, é claro, demonstra que houve, por parte do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, num determinado momento, uma análise das contas que não foi fruto do mesmo critério. Foi esse o questionamento feito pelo Superintendente dos Portos, Eduardo Requião, e que está escrito, eu ofereci a V. Exa., Deputado Elio Rusch, o documento para que fosse lido.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Artagão de Mattos Leão.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Obrigado, Deputado Romanelli. V. Exa. coloca muito bem, assim como fez o Deputado Jocelito.

Ao ouvir as manifestações aqui colocadas, lembrei um pouco da passagem bíblica acerca da Arca de Noé, onde Noé, junto com sua família, convidou muitos para que com ele entrassem na arca, porque viria um dilúvio. Poucos acreditaram, a maioria blasfemou contra aquele projeto que na verdade salvaria a humanidade. Alguns caminhos parecem não agradar a maioria, alguns caminhos parecem não ser aqueles absolutamente corretos, mas são necessários ser tomados em determinados momentos. Aconteceu assim quando da Arca de Noé, para fugir do dilúvio quando todos achavam que esse não era o caminho foi essa a orientação de Deus para que aquele com sua família e seus convidados entrassem na Arca para fugir do dilúvio e salvar a humanidade.

Muitas vezes, os caminhos da Administração Pública têm que ser tomados com firmeza, seriedade, sem temor para que a grande maioria possa ser prestigiada, talvez não de forma imediata, mas no futuro com os resultados dessas ações, mesmo que, aparentemente, entendam que esse não seja o caminho correto, que esse não seja o caminho que agrada aqueles que por ali estavam, mas certamente tem sido o caminho que tem transformado o porto de Paranaguá num porto de resultados! Resultados que a cada ano trazem mais dividendos, superaram os recordes dos anos anteriores e nunca o porto de Paranaguá teve números tão expressivos como esses que temos tido nesses últimos anos.

O fato é que isso responde, de forma eficaz e objetivamente, a todos os questionamentos, a administração está sendo feita com correção, com seriedade e muitas vezes não atendendo a todos que gostariam de ser atendidos, mas prestigiando a administração do nosso Governo que é uma administração que quer dar a todos as mesmas condições e principalmente atendendo aqueles que mais precisam!

Agradeço, Deputado Artagão, pelo aparte e entendo que V. Exa. tem razão, vivemos numa sociedade que lamentavelmente os setores contrariados usam todos os instrumentos que têm para poder atingir a honra das pessoas de bem! Já disse isso aqui dessa tribuna, recentemente.

Na Escola de Governo, não dessa terça-feira, mas da terça anterior, vimos um desfile de lideranças do setor empresarial do estado do Paraná, publicamente elogiando a gestão do porto e como é que tem sido tratado. Inclusive, especialmente, a ALCOOPAR, Deputado Elio Rusch, que V. Exa. e todos diziam: “Olha não vai funcionar o nosso terminal público de álcool.”

Os números são números musculosos, números impressionantes de produtividade do porto paranaense de Paranaguá. Que há muita gente com interesse contrariado, eu não tenho dúvida - os lobistas, aqueles que sempre ganharam dinheiro fácil, através do porto. Essa gente, não tenho dúvida, que está contrariada. Essa gente gostaria de ter um outro tipo de gestão.

Então, Deputado Elio Rusch, sinceramente, depois do que já debatemos do porto, não vi nenhum navio encalhar em Paranaguá. O porto continua batendo todos os recordes. Ligo a televisão ou vou a Escola de Governo vejo pronunciamentos das lideranças empresariais do Paraná, que fazem o quê? Elogiam a administração da APPA, elogiam o porto de Paranaguá, e agradecem o Superintendente Eduardo Requião.

Entendo que quem está contrariado, certamente, são aqueles que têm interesses obscuros em relação a Paranaguá. Paranaguá vai continuar sendo o melhor porto e o mais eficiente do país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças. Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, também não ia usar o horário da Liderança da Oposição, mas diante das colocações e os apartes que foram feitos por Parlamentares que procuraram defender o porto de Paranaguá, como eu defendo o porto de Paranaguá também, mas procuraram defender a administração do porto de Paranaguá. Lógico que sei que o porto de Paranaguá é uma autarquia. Mas a autarquia, ela está subordinada à Secretaria de Transportes, vinculada, mas sempre historicamente esteve e continua.

Disse aqui da tribuna, acho que o Líder do Governo, o Deputado Artagão e o Deputado Jocelito, não devem ter ouvido a minha explanação, quando disse que o Secretário de Transporte hoje, ele acumula a superintendência do porto de Paranaguá. Então, já que estão vinculados e que já que trabalham em conjunto, a superintendência e a Secretaria, acho que agora resolve essa situação.

Não disse em momento nenhum que tinha navio encalhado. Disse que cada semana que passa somos tomados de surpresa e novas resoluções, de novas portarias, ou aplicando multas ao porto de Paranaguá, ou mesmo advertindo que não pode mais entrar navios. Não pode mais encostar no porto de Paranaguá, no período noturno. Que navios estão impedidos de entrar enquanto a maré estiver baixa. Só pode entrar quando a maré estiver alta. Não é a Oposição que assoreou o Canal da Galheta. Não fomos nós que assoreamos. É a falta de cuidado, é a falta de manutenção. Já que a profundidade, ela caiu quase 3 metros, quer dizer o calado dos navios. Eram permitidos 14 metros, hoje são 11,30 metros. Ela na verdade caiu 2,70 metros. Quer dizer que o calado caiu 1 metro do canal de Paranaguá, até Antonina. Reduziu de 8,10 metros, para 7,10 metros. Não foi o Deputado Elio Rusch, não foram os Deputados da Oposição que fizeram isso. Se nós vivemos esse momento, vivemos infelizmente esse momento, pelo fato da superintendência do porto não atender às exigências.

E quero deixar bem clara outra posição: se estamos vivendo, se ouve falar na imprensa, na “escolinha”, que eu nunca assisti e não quero assistir, também não tenho tempo para perder, é uma TVRR, como é difícil falar quando falamos a verdade e os Deputados da Oposição, que estão assistindo em casa, não nos deixam falar, mas dizer que os números expressivos da exportação que existem...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

V. Exa. deveria ter assistido hoje a Escola de Governo na TV Educativa. V. Exa. já viu, inclusive, o Governador sancionando o projeto da promoção por tempo de serviço dos policiais militares, do reajuste de 10% dos professores da rede estadual, do novo quadro de salários de docentes de ensino superior e ainda, é claro, dos bons anúncios que fez sobre uma série de questões. E mais: os elogios que fez à Assembléia Legislativa, por ter aprovado na íntegra estes projetos.

Então, V. Exa. poderia, assistindo a Escola de Governo, se informar das coisas muito boas que acontecem neste estado. Você, que é uma pessoa estudiosa, vai melhorar ainda mais seu intelecto.

Agradeço o aparte.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, eu disse que não tenho tempo para perder. Não vou perder tempo para assistir “escolinha” do Governador. Acho que quem assiste são aqueles que são obrigados a assistir,

são aqueles que são obrigados a responder frequência, presença ali na “escolinha” do Governador. Não vou perder tempo em assistir a “escolinha”, não.

Disse o seguinte: se tem números expressivos, se é recorde em cima de recorde que o porto de Paranaguá está batendo, olha, um dos grandes fatores é o setor automotivo. São as indústrias que vieram no Governo passado, para o Paraná, e que foram tão veemente condenadas e debatidas quando o Deputado Nelson Justus era Secretário de Indústria e Comércio, quando veio a Renault, quando veio a Audi, tantas montadoras, quando o Paraná saiu, deixou de ser fundo de quintal de São Paulo. Quando o Paraná começou a transformar sua matéria-prima em produto final, através das agroindústrias; quando houve a pesquisa, ciência e tecnologia, através das cooperativas, através do próprio IAPAR, fez com que nosso produtor pudesse produzir mais, gastar menos, nós aumentamos nossa produção de grãos. E o porto de Paranaguá estava preparado.

Tudo isto faz parte de trabalho que vem há muitos anos e não vem deste Governo. Mas, principalmente, se não tivéssemos as indústrias automotivas no estado do Paraná, com toda certeza o porto de Paranaguá estaria exportando bem menos do que está exportando, no passado. Se deve à industrialização que o Paraná obteve, seja através dos frigoríferos, seja através das agroindústrias e seja principalmente nas indústrias automotivas que se estabeleceram no estado do Paraná.

É por esta razão que o porto de Paranaguá está exportando muito. Deve-se, também, aos Governos do passado. Alguém vai colher estes louros. Ora! Se o Governo do Estado consegue também, hoje, conceder aumentos ao funcionalismo e tem que conceder mesmo, nós também sabemos que existe um limite constitucional, estabelecido pela Lei Camata, que você não pode gastar mais que 60% da sua receita na folha de pagamento total, na Administração Direta ou só do estado, 49%, nós sabemos de tudo isto. Se estamos abaixo deste índice, porque houve aumento da receita no estado do Paraná. E o aumento da receita houve exatamente no valor agregado no estado do Paraná. Não temos mais só o valor primário de agricultura. Temos, hoje, o valor agregado, por causa das indústrias, da agroindústria que se estabeleceram no estado do Paraná.

E quem fez isto? Neste Governo? Não! Foi em Governos passados que começou a se dar os incentivos. Aliás, hoje ainda li em alguns jornais, ontem também, que o Paraná está deixando e deve perder muitos empregos no setor de confecções, no setor madeireiro por causa da guerra fiscal que existe entre os outros estados. Quer dizer, enquanto os outros estados atraem as indústrias, infelizmente o Paraná perde e isso são números que ouvimos agora na imprensa. Quer dizer, tudo isso tem que ser levantado aqui na Assembléia Legislativa, porque as coisas boas que acontecem no Paraná têm que ser ditas, mas as coisas ruins têm que ser lembradas também!

Quero deixar bem claro que não disse em momento nenhum que tem navio encalhado, mas se a superintendência dos portos, se a Secretaria dos Transportes, hoje comandada pelo Sr. Eduardo Requião, que acumula a função de Superintendente do porto, se ele não tomar as medidas, não vamos levar por surpresa que o Paraná poderá ter navio encalhado, porque não é o Deputado Elio Rusch quem diz isso, mas quem diz isso é a Capitania dos Portos do Paraná, é a ANTAQ, são as entidades que baixam as resoluções.

E quando fiz menção sobre o porto de Paranaguá, fiz menção a uma portaria assinada no dia 04, na quinta-feira da semana passada, que a partir do dia 05, a partir de sexta-feira não podem mais entrar navios no período noturno com comprimento maior do que 225 metros e não podem mais entrar navios durante o dia e nem à noite com calado entre 10 metros e 11,3 metros quando a maré estiver baixa, sendo que só pode entrar se a maré estiver, no mínimo, 1 metro acima do seu nível. Não é o Elio Rusch quem diz e não é a Oposição do Paraná que diz isso! Estamos alertando a superintendência do porto, estamos alertando o perigo que o porto de Paranaguá está correndo.

Não quero, amanhã ou depois, chegar e dizer: puxa, encalhou um navio. Não quero dizer isso, mas se não tomarem providências, está na iminência de acontecer. E isso foi nessas Audiências Públicas que tivemos aqui e diversos Parlamentares assistiram essas Audiências Públicas - foram os especialistas, quando questionados pelo Deputado Valdir Rossoni de qual era a probabilidade, se continuar da forma como está, se não se fizer a dragagem do canal, se não alargar o canal, que hoje está em 90 metros, qual é a probabilidade de encalhar um navio no canal. Eles disseram que a probabilidade era muito grande de isso acontecer. E para evitar que isso aconteça, nós aqui da Assembléia Legislativa apenas estamos lembrando aquilo que a Agência Reguladora, aquilo que a Capitania dos Portos está dizendo. Não é a Oposição.

Seria essa a colocação que queria fazer, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, não posso deixar que as afirmações do Deputado Elio Rusch se tornem verdadeiras. Vou repetir: no porto de Paranaguá não encalhou nenhum navio. Vamos deixar claro isso!

Em segundo lugar, dizer que o porto de Paranaguá não tem uma restrição de 90 metros. O porto de Paranaguá tem, na verdade, 200 metros no Canal da Galheta,

quando, na década de 70, foi ampliado, pois antigamente era diferente o acesso ao porto de Paranaguá, mas como aumentaram os navios, foi necessário, pelo Plano Nacional de Dragagem, quando no Brasil ainda as dragas não estavam na mão dos lobistas, que quintuplicaram o preço. Por que o Governo do Estado e a APPA estão resistindo? E o Governo Federal veio aqui e disse que vai dragar. O Deputado Rossoni foi lá na tribuna e disse: "Governo Federal vai dragar o porto de Paranaguá."

Estamos esperando eles virem dragar o porto. E fato concreto é o seguinte: o porto será dragado? É claro que será dragado, mas não seremos roubados, não vamos pagar o preço dos lobistas, porque o que eles querem é meter a mão no dinheiro do povo paranaense e o fato concreto, Deputado Elio Rusch, é que Paranaguá está batendo todos os recordes e diversificando a importação e a exportação. É o melhor e mais eficiente porto do país. V. Exa. pode não gostar, mas é. E mais Deputado Elio Rusch, não venha V. Exa aqui querer se atribuir, porque V. Exa. é o seguinte, naquilo que é bom no Governo Jaime Lerner V. Exa. fala assim: "Eu sou responsável por isso". Quando é ruim: "Não, não tenho nada a ver com isso".

Ora, Excelência, vamos ser sinceros, a nossa economia. Deputado Elio Rusch, V. Exa. tem o direito de dizer o seguinte: "Olha, o Governo que eu apoiava fez uma política de atração de investimentos". E eu já disse dessa tribuna, uma delas foi da indústria automobilística, Presidente Nelson Justus, V. Exa. inclusive era Secretário de Indústria e Comércio, eu sei do esforço que V. Exa. pessoalmente fez, até porque a gente sabe, o Governador Jaime Lerner nesse aspecto ele tinha uma visão boa, mas para ter efetividade precisava ter uma pessoa com a sua conduta e com a sua postura, um homem que tem um senso comum das coisas e a praticidade, e foi essa negociação que foi importante para o estado do Paraná.

E nós tivemos na verdade naquele momento de 1995, nós sabemos, só agora estamos vivendo no país uma outra onda de crescimento. Todos sabemos que o Plano Cruzado, gerou um ciclo virtuoso na economia brasileira, principalmente por conta da estabilização da moeda com a implantação do Plano Real. Agora, que nós estamos vivendo um outro momento estamos, e o Paraná está batendo todos os recordes novamente.

Primeiro semestre quem foi o campeão nacional de geração de empregos? O estado do Paraná. E graças, Deputado Luciana Rafagnin, ao nosso operário de São Bernardo, foi graças ao Presidente Lula, porque a direita que se diz salvadora da pátria, os que são arautos, os defensores do neoliberalismo não conseguiram fazer esse país crescer, veio quem? Veio um político de esquerda, alguém que tinha uma visão popular, que valorizou de fato a nacionalidade, e hoje o país está vivendo uma situação extremamente importante e positiva, e o nosso estado do Paraná também.

Continuamos implantando indústrias no estado do Paraná, a agroindústria, as indústrias, nós trouxemos recentemente a Fiat para Campo Largo. Tudo isso é um ciclo virtuoso que nós estamos vivendo, e nós paranaenses temos que nos orgulhar daquilo que temos. Entendo que críticas são sempre muito bem vindas e eu as respeito muito, mas sinceramente temos que ter maturidade política, e saber o seguinte Deputado Elio Rusch, Paranaguá, com restrições, é o porto que melhor condições tem para operar no Brasil, e na área graneleira, na América do Sul inteira, nas Américas, não tem porto igual ao de Paranaguá.

Então, Deputado Elio Rusch, infelizmente eu quero dizer o seguinte: eu quero dizer o seguinte: eu ouço as críticas, o Governador Requião governa com sensibilidade, é um homem austero, é correto e é eficaz naquilo que faz. Por isso que a gente pode dar 10% de reajuste para os professores depois de já ter dado 5% esse, por isso nós estamos dando em média 18,3%, reestruturando a carreira dos docentes do ensino superior, e além disso, é claro, criando o Plano de Cargos e Salários dos servidores das escolas estaduais. E podem esperar porque os outros setores dos servidores públicos receberão também benefícios maiores ainda, nós temos que valorizar aqueles que trabalham e que estruturam o serviço público no estado do Paraná, por quê? Porque esse Governo não gasta dinheiro com bobagens, não gasta dinheiro inutilmente, aplica o dinheiro naquilo que é essencial.

E o ano que vem, Deputado Elio Rusch, nós vamos, só na área de infra-estrutura urbana, nós vamos gastar R\$ 400 milhões em 2009, ou seja, estamos com um novo programa de recuperação e de conservação das rodovias estaduais, estamos tocando os programas, que o único estado que tem um fundo de desenvolvimento foi criado lá atrás Deputado Elio Rusch, e não foi criado por V. Exa., foi criado, V. Exa. sabe, foi criada pela visão estratégica do Governador Requião, hoje temos quase 1 bilhão para investir. Dinheiro esse que se aplica nos municípios. Nenhum estado faz o que nós fazemos.

Temos que nos orgulhar de um estado que investe, como investe na Educação, da área da Saúde, basta ver como avançamos muito nesse setor. Vejam como avançamos em Ponta Grossa e o Deputado Jocelito Canto me cobrava muito. Lá em Francisco Beltrão construímos o hospital regional. Sonho de quantos anos do sudoeste? Foi feito o contorno em Beltrão. Os investimentos nos municípios, apoiando o desenvolvimento econômico. É muito melhor termos aqui um debate propositivo, discutindo para avançar as políticas públicas do que ficar com discurso histérico.

Deputado Elio Rusch, gosto do seu estilo de liderança. V. Exa. poderia implantar aqui uma proposta que fiz e que o Deputado Valdir Rossoni não me ouviu, todas as quartas-feiras estabelecer um tema e fazer um grande debate, aprofundar os temas, aprofundar o debate. Temos grandes oportunidades de fazer esse diálogo e fazer o nosso estado avançar.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de entregar ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, para que não fique o dito pelo não dito, a Portaria nº 086 da Capitania dos Portos de Paranaguá, datada do dia 05 de setembro e a Portaria nº 073, datada do dia 29 de julho. Para não dizer que estamos levantando questões sobre o porto que não sejam verdadeiras.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero dizer que já possuo as portarias, mas recebo em sinal de respeito ao Deputado Elio Rusch.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 056/08, subscrito pelo Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, comunicando que em virtude de compromissos políticos assumidos em Guarapuava, precisou ausentar-se das Sessões Plenárias na data de 03/09/08. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 157/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias dos dias 09 e 10/09/08, por estar em visita às suas bases eleitorais no noroeste do estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar**

Ofício nº 386/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, encaminhando os atestados médicos ao setor competente desta Casa de Leis, para que proceda à justificativa das suas ausências das Sessões Plenárias nos dias 01, 02 e 03/09/08. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero convidar todos os Deputados que, tão logo termine a Sessão Plenária, aqui no salão nobre está lançando e autografando o livro de sua autoria o Dr. Kit Abdala. Ele é muito atuante em diversas áreas da sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Logo após a Sessão Plenária, no salão nobre, o lançamento do livro do médico de Francisco Beltrão, internacionalmente conhecido, Dr. Kit Abdala. Estaremos todos lá prestigiando, com certeza.

Requerimento nº 2368, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de agosto de 2008. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de agosto de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/09/08.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Dobrandino da Silva, Edson Strapasson e Plauto Miró.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 069/08

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 069/08, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referentes ao mês de agosto de 2008, regulamentadas pela Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

De acordo com a análise procedida no relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição nº 069/08, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer - favorável - aprovado.

Pelo acima exposto, concluo a Relatoria, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer - favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 02/09/08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/08, que estabelece a Política de Turismo do Paraná, que se constitui em um conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo no estado do Paraná, integrando sua política econômica, de forma planejada e organizada, consolidando-o como destino turístico e proporcionando a inclusão social de sua população. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CICTM. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 065, de 10/06/08, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 256/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 256/08, oriundo da Mensagem Governamental nº 019/08, tem como objetivo a criação de uma política estadual de turismo, estabelecendo uma série de medidas a fim de incentivar o desenvolvimento dessa atividade, de forma planejada e organizada no estado do Paraná.

A Constituição Federal, em seu artigo 24, estabelece que *compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre (...) VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico*:

Claro também é o texto constitucional quando da distribuição de competências entre os Poderes do Estado, incumbindo ao Poder Executivo a iniciativa legislativa quando se tratar de matéria ligada à criação de política estadual, como se observa no artigo 87: *Compete privativamente ao Governador: (...); III - exercer, com auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da Administração Estadual*.

Todavia, no que se refere à técnica legislativa, verifica-se a não observação das disposições da Lei Complementar nº 095/98, vez que, em seu artigo 2º, ao estabelecer conceitos acerca da política estadual de turismo, não os organizou devidamente em incisos e parágrafos, razão pela qual, para sua plena conformidade, apresenta-se emenda modificativa, a fim de sanar o vício apontado.

Dentro desse paradigma, verifica-se que o Projeto nº 256, encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais, com a adoção da emenda modificativa, pelo que, concluímos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 256/08

P A R E C E R :

Atendendo ao disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto e Lei nº 256 para readequar a organização dos incisos e parágrafos do artigo 2º, que passará a contar, portanto, com a seguinte disposição:

“Art. 2º Para fins de cumprimento do estabelecido na Política de Turismo do Estado do Paraná, devem ser observados os seguintes conceitos:

I - Turismo é a atividade econômica representada pelo conjunto de transações - compra e venda de serviços turísticos - efetuadas entre os agentes econômicos do turismo que são geradas pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo.

II - Região Turística é o território caracterizado por um conjunto de municípios turísticos ou de interesse turístico, que possuem afinidades ou complementariedades culturais ou naturais que possibilitem o planejamento e a organização integrados, como também a oferta de produtos turísticos mais competitivos nos diferentes mercados, agregando força principalmente na gestão e produção.

III - Municípios Turísticos são aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capazes de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanentes.

IV - Municípios com Potencial Turístico são aqueles possuidores de recursos naturais e culturais expressivos, encontrando no turismo diretrizes para seu desenvolvimento socioeconômico, ainda não apresentando fluxo turístico efetivo.

V - Demanda Turística é o número total de pessoas que viajam (efetiva ou real), ou gostariam de viajar (potencial), para utilizar instalações ou serviços turísticos em lugares afastados de seus locais de residência e trabalho.

VI - Oferta Turística é o conjunto de atrativos, equipamentos, bens e serviços de alojamento, alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar num determinado local, durante um período determinado de tempo, um público visitante.

VII - Atividades Turísticas são aquelas ligadas à hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, recepção turística, eventos, recreação e entretenimento, entre outras utilizadas pelos turistas em seus deslocamentos.

VIII - Produto Turístico, são os atrativos, infraestrutura e serviços urbanos, equipamentos e serviços turísticos, acrescidos de facilidades, contando com uma gestão integrada, ofertados nos mercados de forma organizada, por um determinado preço e caracterizados por uma imagem diferenciada.

IX - Destinos Turísticos são os lugares ou espaços geográficos onde são ofertados os produtos turísticos que são consumidos por uma demanda efetiva, também conhecidos como núcleos receptores.”

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 256/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo instituir a Política de Turismo no estado do Paraná, que se constitui num conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo no estado.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não óbice algum à prosperidade do mesmo em face a lei supra citada, visto que não implica em dispêndio ao erário estadual.

Em assim sendo, respeitadas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13/08/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,
TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 256/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 256/08, de autoria do Poder Executivo que estabelece a Política de Turismo no Paraná, após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois esta política constitui em um conjunto de estratégias que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
TERUO KATO - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

(**Assentimento**)

Apenas para fazer um registro. Primeiro, quero agradecer a V. Exa. por ter colocado na Ordem do Dia desta Sessão justamente a votação deste projeto de lei, mensagem que veio do Poder Executivo. Quero ressaltar

o grande empenho do Secretário Celso Caron, do Turismo, para que o Paraná tenha uma política voltada para o turismo, e desta forma legislar sobre um tema que é absolutamente importante para esta Casa.

Primeiro, agradecer V. Exa. por ter incluído na Ordem do Dia desta Sessão e, ao mesmo tempo, registrar o esforço do Secretário Celso Caron para ter esta lei que, certamente, será extremamente útil para economia da sociedade paranaense.

É isso, e pedir o apoio de todos os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que dispõe sobre a cobrança proporcional ao tempo efetivamente utilizado pelos serviços de estacionamentos de veículos em estabelecimentos destinados ao aluguel de vagas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062, de 04/06/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 252/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, tem por objetivo obrigar as empresas que prestam serviços de estacionamento a efetuarem a cobrança de forma proporcional ao tempo de serviço efetivamente prestado, estipulando multa em caso de seu descumprimento, a ser aplicada pelo PROCON e destinada ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.

Fundamentação

Inicialmente, verifica-se que a matéria do presente projeto está voltada à produção e consumo, uma vez que pretende regular a cobrança efetuada pela prestação de um serviço pelas empresas de estacionamento.

Em outras oportunidades, foram aprovadas leis que vedavam a cobrança de estacionamento em áreas privadas. Importante observar que tais leis foram consideradas inconstitucionais pelos julgados do STF na ADIN 1472/DF e na Medida Cautelar da ADIN nº 1623/RJ, com base no princípio do direito de propriedade e na competência privativa da união para legislar sobre Direito Civil:

ADI 1472/DF - Distrito Federal

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO

REQTE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN

ADVDS: LUIZ RAFAEL MAYER E OUTROS

REQDO: GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

REQDO: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Ementa EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 1º DA LEI Nº 1094/96, DO DISTRITO FEDERAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 5º, XXII; E 22, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Norma que, dispondo sobre o direito de propriedade, regula matéria de direito civil, caracterizado evidente invasão de competência legislativa da união. Precedente. Ação julgada procedente, para declarar a inconstitucionalidade da expressão “privadas ou”, contida, no art. 1º da lei distrital sob enfoque.

ADI-MC 1623/RJ - Rio de Janeiro

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. MOREIRA ALVES Julgamento: 25/06/1997 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

REQTE: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

REQDO: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REQDO: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 2050, de 30/12/92, do estado do Rio de Janeiro. Vedação de cobrança ao usuário de estacionamento em área privada. Pedido de liminar. Tendo em vista o precedente invocado na inicial - o da concessão de liminar na ADIN 1472 que versa hipótese análoga à presente - não há dúvida de que é relevante a fundamentação jurídica do pedido, quer sob o aspecto da inconstitucionalidade material (ofensa ao artigo 5º, XXII, da Constituição Federal, por ocorrência de grave afronta ao exercício normal do direito de propriedade), quer sob o ângulo da inconstitucionalidade formal (ofensa ao artigo 22, I, da Carta Magna, por invasão de competência privativa da união para legislar sobre direito civil). Por outro lado, manifesta-se a conveniência da concessão da liminar, inclusive pela possibilidade de aumento dos distúrbios sociais que vem causando a aplicação dessa lei. Medida cautelar deferida, para suspender, *ex nunc*, a eficácia da lei estadual em causa. (Destaques nossos)

Ocorre que o projeto de lei em tela não fere o princípio do direito de propriedade, nem invade a competência privativa da união para legislar sobre Direito Civil, uma vez que não interfere no direito de propriedade e não veda a cobrança pelo serviço de estacionamento. Apenas visa combater a cobrança por um serviço que não foi efetivamente prestado, obrigando o consumidor a pagar por um preço superior ao realmente devido pela estadia de seu automóvel, nas ocasiões em que o veículo não permaneceu exatamente pelo espaço de tempo pré-determinado pelo estabelecimento. Visa proteger os direitos do consumidor, uma vez que objetiva coibir a cobrança abusiva pelos serviços, garantindo que o consumidor irá pagar apenas pelo serviço realmente utilizado.

Destarte, uma vez desmonstrado que não configura na hipóteses de competência privativa, da união, qual seja, no artigo 22 da Constituição da República, o projeto

encontra respaldo em seu artigo 24, que estabelece a competência concorrente entre a união, os estados e o distrito federal para legislar sobre produção e consumo:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da união limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. (Grifos nossos)

Cabe ainda observar, no que se refere aos direitos do consumidor, a Constituição Estadual determina a obrigação do estado de promover a defesa dos direitos sociais do consumidor:

Art. 145. O estado, por lei e ação integrada com a união, municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados, democratizando a fruição de bens e serviços essenciais. (Grifos nossos)

E o que seria legislar de forma suplementar?

Conforme Manoel Gonçalves Ferreira Filho¹, forma suplementar é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é complementar. Assim, a união deve estabelecer normas gerais e os estados podem legislar de forma suplementar, complementando as normas da união ou, na hipótese de inexistência da lei federal, de forma plena, mas nunca invadindo a competência da união.

A união exerceu sua competência para estabelecer normas gerais ao promulgar a Lei nº 8078 de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor). Tal lei, em seu artigo 6º, assegura como direito básico do consumidor a proteção contra práticas abusivas no fornecimento de serviços:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

VI - a proteção contra a publicidade enganosa e abusivas, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços; (Grifos nossos)

Assim, o Parlamentar Estadual detém a competência para legislar de forma suplementar no caso em questão, preenchendo os vazios e complementando a norma federal. O projeto de lei em análise encontra respaldo constitucional sendo, portanto, revestido de constitucionalidade.

1. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Curso de Direito Constitucional, 30ª ed. Saraiva, p. 61.

Cabe observar o julgado do STF na ADIN 2359/ES, que anuncia a competência legislativa do estado-membro para dispor a respeito das matérias de produção e consumo:

ADI 2359/ES - Espírito Santo

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 27/09/06 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJ 07/12/06 PP-00035 EMENT VOL-02259-01 PP-00189

RT v.96, n. 860.2007, p. 163-170

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 5652, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS POR MEIO DE VASILHAMES, RECIPIENTES OU EMBALAGENS REUTILIZÁVEIS. GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO ENGARRAFADO (GLP). DIRETRIZES RELATIVAS À REQUALIFICAÇÃO DOS BOTIJOES. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 5º, INCISO XXIX, E 22, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. INOCORRÊNCIA. O ESTADO-MEMBRO DETÉM COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PARA DISPOR A RESPEITO DAS MATÉRIAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO (ARTIGO 24, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL). DEFESA DO CONSUMIDOR (ARTIGO 170, V DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL). 1. Não procede a alegação de violação à proteção às marcas e criações industriais. A lei impugnada não dispõe a respeito dessa matéria. 2. O texto normativo questionado contém diretrizes relativamente ao consumo de produtos acondicionados em recipientes reutilizáveis --- matéria em relação à qual o Estado-Membro detém competência legislativa (artigo 24, inciso V, da Constituição do Brasil). (...) (Destques nossos)

Ainda, constatamos que o projeto de lei em tela encontra-se em perfeita conformidade com a Lei Complementar Federal nº 095/98, que trata da elaboração legislativa.

Ocorre que, no parágrafo único do artigo 3º, o projeto de lei em análise atribui ao PROCON/PR ou ao órgão municipal de defesa do consumidor o dever de aplicar a multa imposta pelo seu descumprimento. O PROCON é órgão da Administração Pública Estadual, instituído pelo Decreto nº 609/91 que, em seu artigo 3º, estabelece que o mesmo é vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania:

Art. 3º A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania compreende:

(...)

VI - Nível de Execução Programática:

- *Departamento Penitenciário do Estado do Paraná DEPEN;*

- *Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR;* (Grifos nossos)

Assim, de acordo com os artigos 66 e 87 da Constituição Estadual, são de competência privativa do Governador do Estado as leis que imponham atribuições às Secretarias do Estado ou órgãos da Administração Pública:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;
(Grifos nossos)

Assim sendo, ao impor atribuições do PROCON o Parlamentar Estadual encontra óbice no artigo 66 da Constituição Estadual, revestindo o projeto em análise de vício de iniciativa e, portanto, de inconstitucionalidade.

Para sanar o vício apontado, sugerimos uma emenda modificativa, com o objetivo de retirar o parágrafo único do artigo 3º o texto que impõe ao PROCON a atribuição de cobrar as multas, deixando a cargo do Poder Executivo a indicação, mediante regulamento, da maneira como serão aplicadas.

Conclusão

Diante do acima exposto, somos pela aprovação do projeto de lei em análise, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 05/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 4º e 141, II, fica modificada a redação do artigo 3º do Projeto de Lei nº 252/08, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 3º. O descumprimento desta lei acarretará em aplicação de multa diária contada da data da autuação, podendo resultar na cassação do alvará de funcionamento em caso de reincidência.

§ 1º A multa que trata o *caput* deste artigo deverá ser destinada ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, observadas as disposições do artigo 4º, parágrafo 2º da Lei Estadual nº 14975, de 28/12/05.

§ 2º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei, estipulando a multa a ser aplicada e o órgão responsável pela sua aplicação.”

Sala das Comissões, em 05/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 252/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 252/08 de autoria do Deputado Elio Rusch que tem por objetivo dispor sobre a cobrança proporcional ao tempo utilizado pelos serviços de estacionamentos de veículos em estabelecimentos destinados ao aluguel de vagas.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que denomina rodovia Guilherme Kantor a rodovia estadual, PR-281, nos trechos que ligam Fluviópolis a Rio Claro, no município de São Mateus do Sul e Rio Claro ao município de Mallet. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 057, de 27/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 232/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, denomina rodovia Guilherme Kantor a rodovia estadual, PR-281, nos trechos que ligam Fluviópolis a Rio Claro, no município de São Mateus do Sul e Rio Claro ao município de Mallet.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98. Anexo ao parecer segue o ofício da Secretaria de Estado dos Transportes informando a não denominação desse trecho da rodovia.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que insere no calendário turístico oficial do estado do Paraná, o Festival Lupaluna. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037, de 23/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 174/08

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O projeto de lei em tela tem como objeto a inclusão do Festival Lupaluna no calendário turístico do Estado do Paraná.

Fundamentação

Primeiramente, no que se refere à iniciativa legislativa, observa-se não há nenhum óbice constitucional a aprovação do projeto de lei, pois não existe qualquer vedação legal e não se trata de matéria cuja iniciativa é privativa do Governador do Estado, conforme estabelece o artigo 66 da Constituição Estadual.

Ademais, o artigo 25, parágrafo 1º da Constituição Federal determina:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Como não é vedada, é, por conseguinte, autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional.

Ainda, a Constituição Federal incentiva a instituição e organização das datas comemorativas como forma de fomentar a cultura a diversidade étnico-cultural, a saber:

Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a difusão de manifestações culturais.

§ 1º O estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Assim, ante a consideração do autor do projeto de lei que é relevante incluir o Festival Lupaluna no calendário oficial do estado, não há qualquer oposição legal que se imponha ou impeça a aprovação da presente proposta legislativa.

Conclusão

Tendo em vista a fundamentação acima exposta, o voto é pela aprovação do projeto de lei ora analisado.

Sala das Comissões, em 17/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,
TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 174/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 174/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost que tem por objetivo inserir o Festival Lupaluna no calendário turístico oficial do estado do paraná.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois, diante do estrondoso sucesso, a cidade de Curitiba, entrará de vez para o circuito nacional de megaeventos.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui no âmbito do estado do Paraná, o mês da Conscientização da Manutenção Preventiva de Veículos Automotores, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033, de 15/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 152/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, institui no âmbito do estado do Paraná o Mês da Conscientização da Manutenção Preventiva de Veículos Automotores, e dá outras providências.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios:

(...)

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Já a Constituição Estadual diz:

Art. 12. É competência do estado, em comum com a união e os municípios:

(...)

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;

(...)

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto a técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,
TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 152/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 152/08 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que tem por objetivo instituir o mês da conscientização da manutenção preventiva de veículos automotores.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois está se propondo um programa de inspeção e manutenção veicular para contribuir para a redução das emissões de poluentes, redução de acidentes, de congestionamentos e incentivando à fabricação de componentes sem similar nacional.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

TERUO KATO - Relator

Redação Final

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 124/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a assistência especial a ser fornecida às parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência. **Aprovada. (Publ. no DA nº 026/08, de 01/04/08 em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 802/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre o atendimento personalizado ao consumidor no estabelecimento de prestador de serviços públicos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/07, de 13/11/07, em Projetos de Lei).**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 802/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei estabelece o atendimento personalizado ao consumidor, no estabelecimento do prestador de serviços públicos, nas hipóteses descritas.

Art. 2º Serão instalados e mantidos pontos ou agências de atendimento pelos prestadores de serviços públicos que mantenham contratos de adesão ou comercial firmados com 3.000 (três mil) ou mais consumidores no estado do Paraná.

§ 1º Fica a critério do fornecedor instalar e manter os pontos de atendimento personalizado referidos no *caput* deste artigo nos municípios com população igual ou inferior a 20.000 (vinte mil) pessoas.

§ 2º O dever previsto no *caput* será observado independentemente de o fornecedor disponibilizar atendimento ao consumidor pela via telefônica ou por qualquer outro meio eletrônico.

Art. 3º O fornecedor que, em seu estabelecimento, disponibilizar qualquer meio de atendimento eletrônico ou mecânico ao consumidor, providenciará acompanhamento por funcionário preparado para orientar o usuário.

Parágrafo Único. É vedado ao fornecedor, na hipótese prevista no *caput* desse artigo, obrigar o consumidor a utilizar exclusivamente o meio de atendimento eletrônico ou mecânico, sem possibilitar-lhe o atendimento pessoal.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/09/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

Há sobre a mesa, Requerimento nº 2376, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições de veto constantes da Ordem do Dia. Em votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, acho que poderíamos apreciar os vetos individualmente. Acho que não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Plenário é soberano, se V. Exas. acharem, podemos votar isoladamente. Não há dificuldade alguma.

Está em votação o requerimento do Deputado Teruo Kato.

Peço a atenção dos Srs. Deputados. Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Teruo Kato, que solicita a votação em bloco dos vetos, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Apenas com o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

E do Deputado Belinati também.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

O meu voto também é contrário a essa atitude.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente anotado. Vai se proceder a votação nominal dos dois vetos. Antes porém, vou lê-los para que V. Exas. tenham conhecimento de ambos:

Discussão Única (Proposições)

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 025/08, veto apostado ao Projeto de Lei nº 656/07, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 026/08, veto apostado ao Projeto de Lei nº 652/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Ramal 7 à sede do distrito de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC nº 052/08.

Curitiba, em 20/02/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº ... /07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 652/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Ramal 7 à sede do distrito de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí.

Ressalte-se que a Secretaria de Estado dos Transportes - SETR, informa que não há previsão orçamentária para obras de pavimentação e manutenção da referida via, contida no projeto de lei.

Ademais, o município deve demonstrar o interesse na estadualização, apresentando a lei municipal com o mesmo objetivo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto a consideração dessa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 652/07, encontra-se publicado no DA nº 106/07, de 05/09/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 026/08

P A R E C E R :

A proposição sob análise, veto apostado pelo Governador ao Projeto de Lei nº 652/07 que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Ramal 7 à sede do distrito de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí.

Em que pese os projetos de lei autorizativos não vincularem o Chefe do Executivo, este optou por vetá-lo por entender contrário ao interesse público.

O chefe do Executivo alegou ainda falta de recursos para a pavimentação da referida estrada. Alegou ainda a falta da manifestação expressa do município por meio de lei municipal autorizando a estadualização.

As questões supra dizem respeito ao mérito e certamente serão debatidos pelo autor em Plenário buscando convencer os Deputados da necessidade da derrubada do veto.

No que cabe a esta Comissão já se manifestou a assessoria técnica dizendo que o veto foi apostado no prazo legal e encaminhado a esta Assembléia também dentro do prazo.

Tendo sido cumpridos os requisitos legais, o veto pode ir a Plenário cabendo aos Deputados discutirem o mérito e concluir se os argumentos do Governador sustentam ou não a tese da contrariedade ao interesse público.

O parecer é pela tramitação da proposição, pois a mesma cumpre os requisitos formais e legais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, esse projeto é de minha autoria e do Deputado Marcelo Rangel, foi apresentado quando esta Casa estava votando e aprovando os projetos de cunho autorizatório. Ora, eu não posso, aqui, como Líder do Governo, ter posições que sejam contraditórias. Tenho encaminhado pela manutenção dos vetos de projetos autorizatórios iguais a esses, de integrantes da Bancada que eu lidero aqui nesta Casa, e da mesma forma farei em relação a um projeto meu como Parlamentar.

Por isso, o meu encaminhamento aos Parlamentares da nossa base é pela manutenção do veto, do projeto, mesmo que isso signifique o sacrifício de uma posição que eu entendo importante, respeitando o co-autor, Deputado Marcelo Rangel, mas não posso ser incoerente com os meus companheiros e companheiras aqui nesta Casa.

Por isso, pela manutenção do veto.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Deputado Romanelli, mas o senhor está, realmente, fazendo algo contraditório, porque assinamos e fizemos esse projeto em conjunto. É um projeto de grande interesse público, principalmente para aquela comunidade da região de Rebouças. Foi aprovado, por unanimidade pela Assembleia Legislativa.

Fiquei muito feliz quando foi para o Poder Executivo, e eu acreditava na sanção do Governador Roberto Requião, porque se tratava de um projeto também proposto pelo Líder da Bancada do Governo. E eu acreditava também que o Deputado Romanelli, neste momento, iria votar pela derrubada do veto para manter realmente a coerência, porque é um projeto benéfico para a região de Rebouças. Então, vou pedir aos Srs. Parlamentares, aos Srs. Deputados, para que possamos derrubar o veto do Sr. Governador, porque é uma idéia que surgiu tanto da Bancada da Oposição, quanto da Bancada do Governo. E o próprio Deputado Romanelli sabe o quanto é importante estadualizarmos essa rodovia, na região de Rebouças.

Então, peço aos Srs. Parlamentares, mais uma vez, pela derrubada do veto do Sr. Governador, que vetou o projeto de lei por considerá-lo contrário ao interesse público. Está bem clara a razão do motivo do veto do Sr. Governador. Acredito que podemos derrubar esse veto nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Estamos votando agora um veto ao projeto dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel e Luiz Accorsi. São aqueles projetos que autorizam o Governo, o Poder Executivo, a estadualizar estradas, tanto um, quanto o outro. Aqui se aprova, discutimos, é importante para a comunidade, discutir aqui, discurso lá, é feita uma reunião, falam com o povo, que fica apreensivo,

animado, e chega na mão do Governador, ele fala não, e aí vem a decepção. Volta o veto aqui para discutirmos. Estou vendo aqui que o Deputado que apresentou o projeto votou a favor, e agora vota contra o projeto dele, o Líder do Governo Romanelli, fazendo isso.

Tem outra coisa, estar vendo hoje aqui na mesma mensagem também, estamos aprovando projeto desta natureza, denominando rodovia, e pode acontecer de aprovarmos aqui e chega lá, é feito o discurso, o povo animado, banda, circo, festa, na mão do Governador o projeto é vetado e vem a decepção.

Sr. Presidente, precisamos ter uma regra, porque quem fica mal na história é a Assembleia Legislativa, que dá a entender que aprovamos as coisas aqui sem discutir. Já que todos os Deputados votam a favor, não tem nenhum contra, será que todas essas idéias são boas? Só a do Governador que é correta? Essa é uma discussão que precisamos aprofundar dentro desta Casa, para resgatar cada vez mais a importância deste Poder. Porque não é possível eu apresentar um projeto para o senhor, aqui, o senhor me ajuda a aprová-lo, depois o Governador veta. Eu venho aqui e digo para o senhor para me ajudar a manter o veto, como o Governo fez, porque quem manda é o Governo, não sou eu.

Quero deixar claro, que na verdade quem manda aqui é o Deputado, é o Poder Legislativo. Vou votar contra o veto do Governador. Vou votar a favor das comunidades que foram beneficiadas com este projeto, mesmo que seja só o meu voto e o do Deputado Marcelo Rangel. Mas que o Governador está errado, está.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Vai se proceder a votação.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento.

Para a manutenção do veto, deverão digitar SIM. Para a derrubada do veto e aprovar o projeto, deverão digitar NÃO.

Votando.

Encerrada a votação.

Vai se proceder à apuração.

Não há quórum para a votação, porque temos apenas 23 Srs. Deputados. Transferimos o mesmo veto para a Sessão de amanhã.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 2341 a 2343, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2345 a 2366, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2369, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2370 e 2371, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprova-dos.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 025 e 026/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 152, 174, 232, 256/08 e do Projeto de Resolução n° 017/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando as atas de reuniões anteriores, ordinárias e extraordinárias, em discussão e votação - APROVADAS, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Artagão Júnior. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 416/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela devolução da matéria ao autor. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, Relator, apresenta requerimento de retirada

de pauta do presente projeto, com objetivo de intermediar entendimento entre autores de projetos de lei semelhantes. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 586/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. O Sr. Deputado Artagão Júnior, Relator, acolhe a proposta apresentada pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli para a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Delegacia Regional do Trabalho e à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei n° 227/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, apresenta parecer pela retirada de pauta do presente projeto, bem como, devolução ao autor para adequações. O Sr. Presidente coloca em votação o parecer - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 254/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - REJEITADO, com voto contrário dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Luiz Claudio Romanelli e Artagão Júnior. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta voto em separado contrário à matéria. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Carlos Martins e Duílio Genari; 05) Projeto de Lei n° 309/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 06) Projeto de Lei n° 330/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Deputado Caíto Quintana, Relator, apresenta requerimento de retirada de pauta do presente projeto, bem como sugestão para anexação aos Projetos de Lei n°s 042/08 e 043/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 232/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei n° 347/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 347/08, de autoria do Tribunal de Contas. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária